

sem texto na margem superior desta página; início da ata a partir desta linha.

ATA DA 62ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL GRANDE ABC – 04 de maio de 2015

Aos quatro dias do mês de maio do ano de 2015, na sede do Consórcio Intermunicipal Grande ABC, situada à Av. Ramiro Colleoni, 05, Santo André (SP), às 9h, realizou-se a Sexagésima Segunda Assembléia Geral Ordinária, sob a presidência do Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de São Bernardo do Campo, LUIZ MARINHO; e com as presenças dos Excelentíssimos Senhores Prefeitos dos Municípios de Santo André, CARLOS ALBERTO GRANA; de São Caetano do Sul, PAULO NUNES PINHEIRO, de Diadema, LAURO MICHELS SOBRINHO; de Mauá, DONISETTE BRAGA; a Vice Prefeita de Ribeirão Pires, LEONICE MOURA, e a Vice Prefeita de Rio Grande da Serra, MARILZA APARECIDA DE OLIVEIRA SILVA. Ausentes justificadamente o Presidente do Consorcio e Prefeito de Rio Grande da Serra, LUIS GABRIEL FERNANDES DA SILVEIRA, e o Prefeito de Ribeirão Pires, SAULO BENEVIDES. Presentes também o Secretário Executivo, Luis Paulo Bresciani, e os assessores regionais de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra. Ausente o assessor regional de Diadema. INÍCIO – O Prefeito Luiz Marinho iniciou os trabalhos assumindo a presidência da Assembleia e justificando a ausência do Prefeito Gabriel Maranhão, em agenda com o governador do Estado; e prosseguiu cumprimentando e agradecendo a presença de todos. Em seguida, deu início à pauta. Com a palavra, o Secretário Executivo agradece a presença de todos e convida o GT Defesa Civil, juntamente com o Capitão Vagner, coordenador estadual das defesas civis, para a apresentação do balanço da Operação Verão. O prefeito Luiz Marinho enfatiza o fato de termos o Grande ABC como uma região exemplar na política de defesa civil e redução de riscos, passando a palavra ao Sr. Luiz Bongiovanni (São Bernardo do Campo), coordenador do GT Defesa Civil, que inicia sua apresentação saudando e agradecendo a todos os prefeitos. Informa que em todos os anos, o Grande ABC, por meio do serviço de diferentes secretarias municipais e através das Defesas Civis, promove um conjunto de ações preventivas e emergenciais para minimizar situações de risco provocadas pelas chuvas. Esse processo teve início no dia 1º de Dezembro de 2014 e se encerrou no dia 15 de Abril de 2015. O Consorcio preparou também regionalmente a regulamentação do PRAM - Plano Regional de Apoio Mútuo das Defesas Civis do Grande ABC para emergências e situações extremas, documento aprovado por todos os prefeitos em assembleia geral, no dia 05 de dezembro de 2014. O PRAM propiciou a instalação de uma ampla rede de pluviômetros automáticos e semiautomáticos (em parceria com o CEMADEN) e os municípios puderam realizar ações preparatórias em cada município, como a formação e preparação dos NUPDECs, ações de vistorias, limpeza em bueiros e bocas de lobo, atualização dos mapeamentos de risco, dentre outras. Além disso, pela primeira vez, foi criado um panfleto regional para a divulgação de informações importantes à população e telefones de contatos. O Consorcio também se mobilizou e ajudou os municípios que ainda não tinham os mapas das áreas de risco prontos ou atualizados. Em seguida, Bongiovanni dá início ao relato de cada município consorciado. No município de Santo Andre que já possui um plano tradicional, A Operação Chuva de Verão, sua principal medida foi a elaboração e a criação do folder informativo, atividades de comunicação preventiva com a população; envio de mensagens SMS de alerta à população, a partir do monitoramento meteorológico; vistorias preventivas nas áreas de risco; atualização do

mapeamento de risco por meio de sobrevoo de helicóptero e a realização de monitoramento por câmeras, pluviômetros do CEMADEN, Estações Meteorológicas do município, treinamento das equipes, dentre outras ações. As ocorrências em Santo André são relatadas na Tabela 1.

Tabela 1: Ocorrências de Santo André

Ocorrência	2014/2015	2013/2014
Vistoria em árvore	386	264
Vistoria edificação	355	326
Vistoria em muro	74	37
Deslizamento/Escorregamento/ Desbarrancamento/	56	7
Enchente/Inundação/Alagamento	15	55

O verão em Santo André terminou com altos índices pluviométricos, bem acima dos registrados nos últimos verões. A ação dos fortes ventos que atingiram a região metropolitana no último verão sobre as árvores da cidade foi a principal preocupação dos moradores de Santo André durante o período. Os ventos causaram o aumento de 42% nas solicitações para vistorias em árvores, através da Defesa Civil, além das realizadas pelo Depav e pela AES Eletropaulo. A maior ventania do período foi registrada em 29 de dezembro, com rajadas de 97,8 km/h, derrubando várias árvores. Em comparação com os anos anteriores a cidade teve melhor desempenho e resiliência diante do grande índice pluviométrico, com menor incidência de deslizamentos, em decorrência do Plano Municipal de Redução de Riscos, que retirou das áreas de risco iminente mais de 300 moradias, o que permitiu zerarmos o número de vítimas para deslizamento em todo o verão.

No município de São Bernardo do Campo foram realizadas vistorias preventivas nas áreas de risco; atualização do mapeamento de risco; realização de monitoramento, fiscalização e controle das reocupações; realização de obras de contenção de encostas; limpeza de bocas de lobo; monitoramento meteorológico; organização e preparação de NUPDECs, entre outros. Essas medidas de gestão de riscos não se limitam foram implementadas durante todo o ano e de forma continuada desde 2009. As ocorrências seguem relatadas na Tabela 2, apresentada na página seguinte da presente ata.

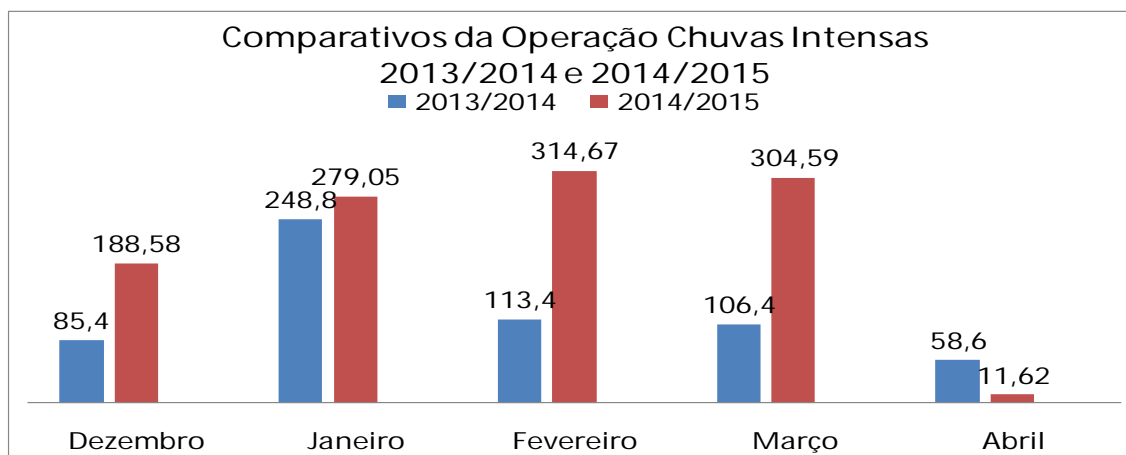
Tabela 2: Ocorrências de São Bernardo do Campo

Descrição de ocorrências	dez/14	jan/15	fev/15	mar/15	abr/15	TOTAL
Alagamento	0	0	2	0	0	2
Colapso de via pública	3	2	2	0	0	7
Desabamento ou risco de desabamento	8	7	7	5	0	27
Deslizamento ou risco de deslizamento	9	11	13	10	2	45
Destelhamento	0	1	0	0	0	1
Incêndio	1	1	3	2	2	9
Infiltração (água, esgoto)	2	10	6	7	1	26
Queda ou risco de queda (muro, rede elétrica, outdoor)	0	0	1	1	2	4
Queda ou risco de queda de árvore	20	44	17	16	4	101
Solapamento ou risco de solapamento	4	1	0	3	0	8
Vazamento (água e gás)	4	4	0	4	0	12
Risco construtivo	31	22	12	31	7	103
Outros	3	1	1	2	0	7
TOTAL	87	104	65	81	18	355
PLUVIOMETRIA	212,8	251,3	265,6	179,3	27,1	936,1
INTERDIÇÕES	15	11	14	14	2	56

Outros: Vazamento de produto químico, ocupação, queda de fachada de loja, explosão.

O município de São Caetano do Sul teve como ações preventivas a realização de reunião nos NUPDECs; organização dos grupos de escoteiros, desobstrução e limpeza de galerias pluviais e córregos; campanhas de orientação em locais de incidência de alagamentos; atualização e publicação do plano de contingenciamento para alagamentos, inundações e eventos relacionados às chuvas intensas; manutenção do estoque estratégico; reuniões preparatórias com membros do plano e treinamento das equipes e voluntários, entre outras. O município apresenta também o gráfico comparativo de chuvas intensas nos dois últimos períodos, reproduzido a seguir.

Gráfico 1: Comparativo de chuvas intensas na região



Ocorrências Registradas em São Caetano do Sul

Inundação Gradual: 25/02 e 28/02/2015 (60 imóveis atingidos);

Alagamentos: 9 ocorrências (Nova Gerty e Fundação foram os locais de maior incidência).

Quedas de árvores: 123 quedas (de pequeno, médio e grande porte), sendo quase uma centena devido aos vendavais dos dias 29/12/2014 e 02/02/2015.

Desabamentos parciais de residências: 2 ocorrências devido a obra relacionada com deslizamento de terra.

Destelhamentos de imóveis: 38 ocorrências devido aos vendavais dos dias 29/12/2014 e 02/02/2015.

Vistoria em imóveis: 42 vistorias devido às chuvas e ventos fortes.

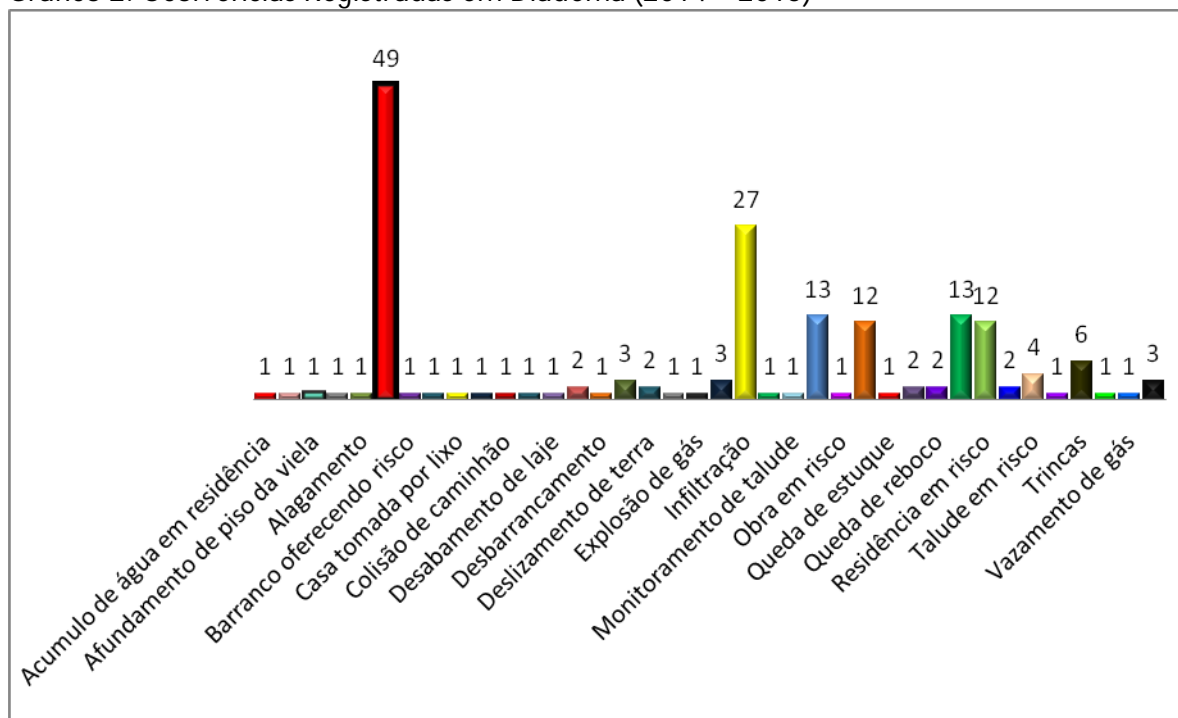
Balanco geral de São Caetano do Sul

INUNDAÇÕES E ALAGAMENTOS - A queda no numero de ocorrências de alagamentos é o resultado das ações preventivas relacionadas ampliação e desobstrução de galerias, limpeza contínua de córregos, galerias e bocas de lobo e limpeza dos piscinões. As inundações estão relacionadas à capacidade de escoamento e destas águas bem como das intervenções no sistema de micro drenagem executadas pela Administração Municipal.

ÁRVORES - No período de Dezembro de 2014 a Abril de 2015, tivemos um aumento bastante significativo no número de queda de árvores devido a fatores naturais que atingiram o município como os vendavais do dia 29/12/2014 e 02/02/2015, e que provocaram a queda de quase uma centena de árvores. Mesmo assim se desconsiderarmos estes dois eventos, o número ficaria abaixo de 2014, pois durante o período de normalidade realizamos vistorias preventivas para identificarmos as espécies arbóreas que apresentavam a fitossanidade comprometida e foram adotadas as providências necessárias. Em 2014 não houve registros de ventos fortes como ocorreu em 2015, fato que provocaram as ocorrências de destelhamento.

O município de Diadema realizou ações educativas e preventivas desenvolvidas junto à comunidade e setores da prefeitura; participação em simulados; organização das NUPDECS ; monitoramento e vistorias em áreas de risco, entre outros. O gráfico 2 apresenta as ocorrências registradas no ultimo período.

Gráfico 2: Ocorrências Registradas em Diadema (2014 – 2015)

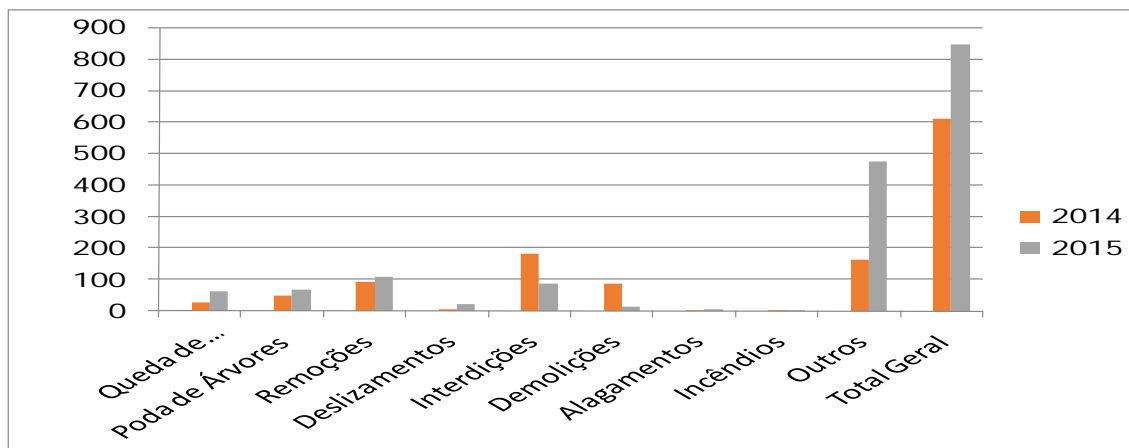


Balanco geral em Diadema

Destacamos a redução no número de ocorrências de alagamentos e deslizamentos. Tal fato é atribuído a ações preventivas realizadas em conjunto com os departamentos responsáveis pela limpeza de bueiros, bocas de lobo, manutenção e conservação de córregos e construção de muros de contenção. Ressaltamos ainda a participação em atividades desenvolvidas pela Prefeitura onde são realizadas palestras sobre temas referentes à prevenção de acidentes e como proceder em caso de risco, entrega de material informativo, desenvolvendo assim uma maior interação entre nós e a população local.

O município de Mauá realizou demolições preventivas; podas preventivas; palestras em escolas e comunidades; reuniões com NUPDECS; vistorias preventivas; lançamento da defesa civil infanto-juvenil; limpeza e manutenção de reservatórios (piscinões); e monitoramento meteorológico, dentre outras ações. O gráfico 3 registra o comparativo de ocorrências no município.

Gráfico 3: Comparativo das ocorrências mais importantes em Mauá (2014/2015)

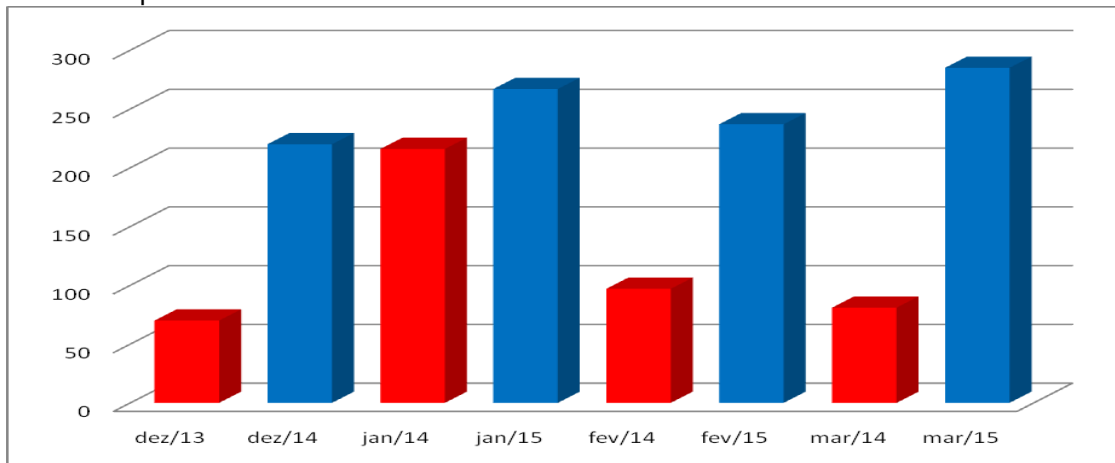


Balanço geral em Mauá

O município de Mauá está com as obras do PAC Encostas (Chafik / Macuco e Jardim Oratório) em andamento; apesar das ocorrências não houve nenhuma vítima; o município está implantando novos projetos de monitoramento de encostas com estações robotizadas do CEMADEN e o Centro de Monitoramento por Câmeras.

O município de Ribeirão Pires realizou vistorias preventivas; limpeza de córregos, bocas de lobo e galerias pluviais; visitas aos NUPDECS; ações de comunicação; dentre outras ações.

Gráfico 4: pluviometria em Ribeirão Pires

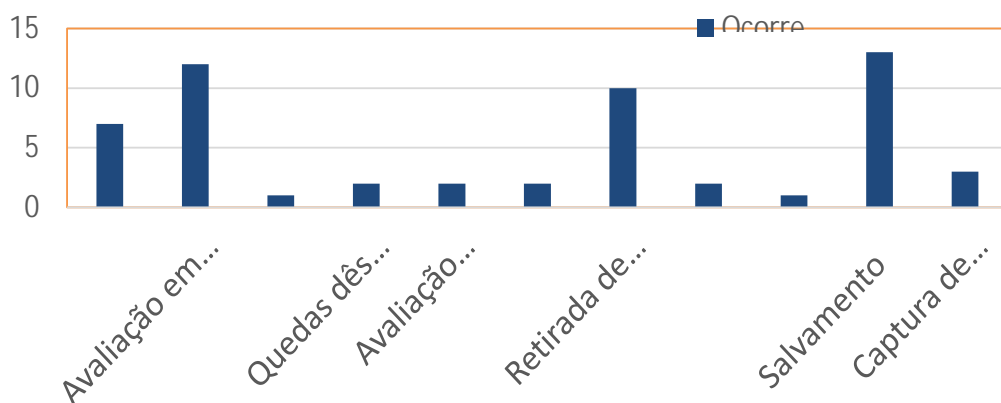


Balanço geral em Ribeirão Pires

Embora o volume de chuvas deste verão tenha sido maior que o da Operação Verão Seguro de 2013/2014, as chuvas foram intercaladas por períodos de sol. Não houve um período prolongado de chuvas. Consequentemente, a terra não ficou tão saturada e os registros de deslizamentos, alagamentos e inundações ficaram dentro do previsível. Não houve registro de vítimas desabrigadas, ou desalojadas ou vítimas fatais. O acumulado pluviométrico em Ribeirão Pires foi de 1.264 mm. Todas as ocorrências foram devidamente encaminhadas, sem maiores transtornos.

O município de Rio Grande da Serra fez a instalação de pluviômetros semiautomáticos e automáticos do CEMADEN; vistoria e avaliação imóveis – muros; avaliação em árvores, realização de podas; captura de animais peçonhentos e silvestres, dentre outras ações. Na página seguinte temos reproduzido o gráfico de ocorrências no município.

Gráfico 5: Ocorrências em Rio Grande da Serra



Balanço geral do Grande ABC

Em comparação com os anos anteriores houve maior índice pluviométrico nos meses de fevereiro e março, e a apresentação completa está anexa à ata. O Secretário Executivo complementa que das 630 moradias em risco iminente, mapeadas e com aluguel social pago parcialmente pelo governo do Estado, temos ainda 189 pendentes de remoção, especialmente em Santo André e Mauá. Anuncia também que o GT Defesa Civil acaba de criar um grupo temático responsável por atuar na prevenção da queda de árvores, tendo em vista a prevalência desse tipo de ocorrência no balanço do último período. O capitão Vagner agradece o convite à coordenadoria estadual da Defesa Civil e destaca o ótimo trabalho conjunto realizado entre todos os municípios e os órgãos estaduais, ratificando que se trata de um exemplo no cenário nacional. O Prefeito Luiz Marinho agradece o empenho de todos os profissionais envolvidos nesse trabalho, sendo um exemplo para outros GTs do Consórcio e reforça aos demais prefeitos e vice-prefeitas que a importância da participação das cidades nos GTs é fundamental para o sucesso da ação regional.

O próximo ponto de pauta é a proposta de filiação à ASSEMAE (Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento), visando adesão coletiva de processo contra a Sabesp. O prefeito Donisete Braga apresenta a proposta, considerando que a melhor definição para que possamos ajustar a tarifa da água é entrar com uma representação contra a Sabesp junto ao CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica). Diz que hoje não temos uma tabela para fazer o comparativo, e com isso a Sabesp tem cobrado uma tarifa absurda de água no atacado e varejo. A idéia é que o Consórcio formalizasse sua filiação à ASSEMAE para aquela entidade poder representar o conjunto de municípios no processo aberto junto ao CADE. Com a palavra, o Sr. Ney Vaz (Santo André), superintendente do Semasa, informa que a intenção é que o CADE considere abusivos os valores praticados. Informa que o município de Santo André realizou dois estudos e ambos levaram a essa conclusão. O Prefeito Luiz Marinho afirma que o ponto foi mantido na pauta para que os prefeitos tomassem conhecimento do tema nessa assembleia, para que na próxima reunião possam deliberar sobre a possível filiação do Consórcio à Assemae.

Antes de passar ao próximo ponto de pauta, o Prefeito Luiz Marinho registra a presença da Vereadora Cleo Meira (Câmara Municipal de Ribeirão Pires), convidada pelo Presidente Gabriel Maranhão para acompanhar a assembleia.

Alteração do estatuto para inclusão dos representantes do Poder Legislativo no Conselho Consultivo do Consórcio. O Prefeito Luiz Marinho relata que foi pré-definido na Assembleia de julho de 2014 a possibilidade de se alterar o estatuto para a inclusão de dois representantes (titulares e suplentes) no Conselho Consultivo. Informa que recentemente o Presidente da Câmara de Mauá entrou em contato informando que os Presidentes das Câmaras Municipais se reuniram, confirmaram a definição do número de 4 representantes, sendo dois titulares e dois suplentes, e definiram as indicações, que serão apresentadas oportunamente em audiência com o Presidente Gabriel Maranhão, quando será apresentado o ofício com as referidas indicações. Deliberação: os prefeitos confirmaram a aprovação de alteração estatutária, incluindo dois representantes do conjunto das sete Câmaras municipais, com os respectivos suplentes, no Conselho Consultivo do Consórcio, autorizando a convocação de eleições para os demais segmentos e a recomposição do órgão consultivo.

INFORMES E AGENDA FUTURA

1. PAC Mobilidade. Com a palavra, o Sr. Rafael Rosa, representante da Caixa Econômica Federal, informa a situação de cada contrato. Mauá: o contrato foi dividido em duas etapas e a Caixa está finalizando a análise da etapa 1 no valor de R\$ 35 milhões. As planilhas estão aprovadas e a Prefeitura já iniciou a elaboração do edital para licitar as obras. A preocupação é a etapa 2, no valor de R\$ 54 milhões, que carrega pendências técnicas, da área social e ambiental. Ainda não temos a previsão se irá ou não prorrogar a suspensiva de dezembro. Todos os municípios estão na mesma situação, a Caixa separou todo o processo por etapas para ter uma frente de obras, mas não pode deixar de lado a segunda etapa. Acredita-se que na próxima reunião Mauá já esteja com a licitação em andamento. Rio Grande da Serra: obra em andamento; foi realizada uma reunião no Ministério do Planejamento para discutir o cronograma da obra e a liberação dos recursos correspondentes. São Bernardo do Campo: está sendo analisada a licitação pretérita do Ribeirão dos Couros, no dia 11 de maio haverá uma reunião e deve ser concluída a análise técnica de engenharia. Já possui a licitação em andamento para dar início as obras. O prazo é 30 de junho para resolver as questões técnicas, e a partir de julho avançar na licitação. A preocupação são as demais pendências que precisam ser resolvidas até dezembro. Diadema: na semana passada foi protocolada a documentação da primeira etapa no valor de R\$ 15 milhões, a análise deve ficar pronta até o final de maio. Resta ainda a etapa de R\$ 117 milhões que precisa ser solucionada até dezembro. Ribeirão Pires: etapa de projetos em andamento e R\$ 56 milhões de etapas de obras que aguardam os projetos do município para analisar-se a etapa de obras, com prazo até dezembro. Financiamentos: o contrato de Santo André ainda não está definido, pois a contrapartida ficou muito alta, por isso a necessidade de fazer reunião específica para verificar o encaminhamento. O município de São Bernardo do Campo está na fase de habilitação da proposta. Consórcio: já pode licitar a contratação dos projetos de engenharia no valor de R\$ 27,5 milhões. O representante da Caixa se comprometeu também a enviar a planilha de situação de cada contrato atualizada. O Secretário Executivo informa ainda que na recente reunião realizada em Brasília com a Secretaria Especial do PAC foi feita a indicação de uma reunião específica com a Prefeitura de Santo André, sobre a questão do financiamento ao município, ficando a data a ser definida entre as partes. Nessa mesma reunião, foi indicada para todos os municípios a necessidade de replanejamento de fluxo financeiro 2015/2016 para compatibilizar o fluxo de liberação de recursos. O Prefeito Luiz Marinho se pronunciou criticando a proposição, entendendo caber ao Ministério do Planejamento indicar a capacidade de liberação.
2. Contratação do Plano Regional de Resíduos Sólidos e do Plano Regional de Drenagem Urbana: em andamento para contratação e licitação, respectivamente.
3. Elaboração do Plano Diretor Regional: nos próximos dias vão acontecer visitas da Universidade Federal do ABC aos municípios, começando por Mauá. Feito o alerta para maior envolvimento dos municípios, considerando que na primeira oficina realizada não tivemos a presença de alguns municípios.
4. Pendências Financeiras nos repasses dos municípios ao Consórcio. O Secretário Executivo relata aos Prefeitos que houve o informe prévio aos assessores regionais na reunião de pauta e foram entregues três ofícios aos municípios de Santo André, Diadema e Ribeirão Pires, com pagamentos integralmente pendentes em 2015,

alertando para as possíveis implicações jurídicas decorrentes da Lei de Consórcios Públicos. Com a palavra, o Secretário de Planejamento de Santo André, Sr. Alberto Souza, afirma que os pagamentos das parcelas de 2014 serão efetuados nos próximos dias. Sobre as pendências de 2015, informa que foi agendada uma reunião com Eliane Cirqueira, assessora contábil do Consórcio, para discutir uma divergência relativa à metodologia de cálculo do valor do repasse, dado que foram informadas as receitas correntes de fontes próprias e externas, entendendo aquele município que o cálculo deva ser feito apenas computando as receitas correntes próprias, excluindo-se as fontes externas. O Secretário Executivo reitera que o Consórcio elabora seu orçamento com base nas declarações de receita corrente líquida enviadas por cada município consorciado. O Prefeito Luiz Marinho aponta para a necessidade de uma análise criteriosa pelo Consórcio, dado que uma mudança de metodologia como sugerida por Santo André poderá ter impacto na capacidade de execução dos projetos previstos para o exercício de 2015.

5. Concurso Público. O Secretário Executivo informa que será realizada a prova no dia 17 de maio e as convocações serão feitas a partir de junho, de acordo com aprovação da Assembleia de Prefeitos.

Esgotados os informes, inicia-se o ato de Assinatura de convênios com a Secretaria Estadual do Desenvolvimento Social, com a presença do Secretário Estadual, Sr. Floriano Pesaro. Os Prefeitos e Vice-prefeitas recebem o Secretário Estadual de Desenvolvimento Social, Floriano Pesaro, para a assinatura dos termos de liberação de verbas da ordem de R\$ 8,4 milhões, destinados a ações socio-assistenciais na região. O Secretário Estadual inicia cumprimentando e agradecendo a todos. Ressalta que o montante certamente não atende toda a demanda dos municípios, e que existe a necessidade de se ampliar os recursos das transferências fundo a fundo. As sete cidades serão contempladas com o repasse de recursos provenientes do Fundo Estadual de Assistência Social para os respectivos fundos municipais, e o montante global permitirá o atendimento de cerca de 18 mil pessoas em situação de vulnerabilidade social ao longo do ano. Pesaro relata as dificuldades financeiras que o governo do Estado está passando, e diz que o Estado irá manter os repasses no volume já praticado anteriormente, e buscará programar um reforço no segundo semestre, de acordo com a arrecadação realizada. A intenção é reforçar o caixa das prefeituras para que possam executar os convênios. O prefeito Luiz Marinho afirma que o valor deveria ser ao menos corrigido com base em índices de variação de preços, e convida o secretário estadual para retornar ao Consórcio e apresentar as condições de reforço para o próximo semestre. Lembra que os municípios têm passado por dificuldades na arrecadação, e a renovação dos convênios com o Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) vem como alternativa para minimizar os efeitos negativos da atual conjuntura econômica. O secretário estadual encerra agradecendo a todos, e são formalizadas as assinaturas dos sete convênios municipais.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, o Vice Presidente Luiz Marinho deu por cumprida a ordem do dia e encerrou a Assembleia Geral, às 12h, cuja ata, após lida e achada conforme, vai assinada pelos Excelentíssimos Senhores Prefeitos. Eu, Luis Paulo Bresciani, Secretário Executivo do Consórcio, digitei, conferi e assino abaixo.

Região do Grande ABC, em 04 de maio de 2015.

Prefeitos e Vice-prefeitas signatários, presentes na 62ª Assembleia Geral Ordinária.

LUIZ MARINHO
VICE-PRESIDENTE
Prefeito do Município de São Bernardo do Campo

CARLOS ALBERTO GRANA
Prefeito do Município de Santo André

PAULO NUNES PINHEIRO
Prefeito do Município de São Caetano do Sul

LAURO MICHELS SOBRINHO
Prefeito do Município de Diadema

DONISETE BRAGA
Prefeito do Município de Mauá

LEONICE MOURA
Vice Prefeita do Município de Ribeirão Pires

MARILZA APARECIDA DE OLIVEIRA SILVA
Vice Prefeita do Município de Rio Grande da Serra

LUIS PAULO BRESCIANI
Secretário Executivo da Presidência

Nota: Abaixo da linha supra não fazem parte quaisquer termos constantes na Ata da 62ª Assembleia Geral Ordinária do Consórcio Intermunicipal Grande ABC.